

DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v22i1.57888>

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo¹

Silvana Marinho

Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
marinho.silvana@gmail.com

Guilherme Silva de Almeida

Professor Doutor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
gsdealmeida@gmail.com

Resumo

Trata-se de uma reflexão teórica articulada a uma pesquisa empírica sobre trabalho contemporâneo e pessoas trans no contexto da mundialização do capital, cuja direção analítica lança luz à inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo contemporâneo. A partir de uma perspectiva feminista e crítico-dialética, o artigo busca examinar como pessoas trans se inscrevem na nova morfologia do trabalho, na sua face brasileira, compreendendo a mediação do patriarcado na relação entre a discriminação (transfóbica) e as trajetórias de trabalho de pessoas trans.

Palavras-chave: Trabalho contemporâneo, pessoas trans, mundialização do capital, relações patriarcais de gênero, transfobia.

Introdução

A partir dos anos de 1970, com a crise global do capitalismo, profundas transformações ocorreram no mundo do trabalho forjando-se um novo regime de acumulação

1 Este artigo é parte integrante de alguns dos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado em Serviço Social no PPGSS/UERJ intitulada *Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho*, (Marinho, 2017), que recebeu apoio da FAPERJ, por meio do Programa Bolsista Nota 10, edital E_01/2015.

capitalista, a acumulação flexível (Harvey, 1992), não mais sob o curso da internacionalização do capital industrial, mas sob a financeirização da economia no contexto da mundialização do capital.

Dos rebatimentos mais significativos da nova acumulação capitalista e suas mudanças produtivas no mundo do trabalho, podemos elencar um elevado contingente excedente de força de trabalho; formas de trabalho flexível, como o trabalho terceirizado, precarizado, parcial, temporário, por conta-própria etc.; além de novos signos de degradação do trabalho, como o trabalho virtual e informacional². Todas essas novas formas que o trabalho contemporâneo assume incidem nas condições de vida da classe trabalhadora, o que nos interpela a pensar sobre o grau e as faces dos seus efeitos quando se interseccionam gênero e classe, e, em especial *diversidade de gênero* e classe, pois há hoje outras categorias sociais, como travestis e transexuais, que se adentram na categoria gênero e que também conformam a classe trabalhadora.

No que diz respeito às análises acerca da mundialização do capital com uma perspectiva de gênero, Helena Hirata, importante pesquisadora brasileira da sociologia do trabalho e do gênero, em diversas análises (2006; 2009; 2010; 2012; 2016) denuncia que, inobstante o conceito de gênero ter sido introduzido na sociologia brasileira do trabalho já desde os anos de 1960 e 1970, renovando os conceitos e os enfoques sociológicos, e, já tendo adquirido certa história e tradição, a predominância paradigmática dos estudos sociológicos ainda não incorpora a perspectiva de gênero, empobrecendo, assim, as análises.

Na maioria dos estudos do campo da sociologia do trabalho, no Brasil e no mundo, o debate de gênero ainda não se tornou expressivo nas esferas do capitalismo globalizante, sendo as mulheres desvalorizadas enquanto atores econômicos (Hirata, 2009; 2010). Predominantemente, os componentes da exploração capitalista são examinados pela extração de mais-valia, desconsiderando-se que sua maximização conta com os processos de opressão socioeconômica ao não incorporar a dimensão da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2012). A partir de uma perspectiva comparativa entre Brasil, França e Japão, Helena Hirata logrou avaliar o estado da arte da produção recente da sociologia do trabalho e do gênero e, em entrevista a Castro e Roncato (2016, p. 296-297), concluiu que gênero ainda “é muito flutuante e não dá para dizer que o gênero já se estabilizou como categoria dentro dos estudos do trabalho”, pois a categoria ora aparece e ora desaparece, mesmo com os esforços de estudos feministas significativos sobre o tema.

A esse movimento investigativo constituído por vacuidades, pode ser somada a articulação entre *diversidade de gênero e trabalho*. A diversidade de gênero, apesar de não ser uma realidade nova, não estava posta no debate dos estudos de gênero de décadas anteriores como tema teórico e político. Trata-se de uma pauta política e um campo de estudos que, em sintonia com os processos de lutas de pessoas trans nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, vem ganhando expressão mais recentemente e se espalhando no campo acadêmico, configurando-se como um tema contemporâneo.

2 Segundo estudos reunidos no livro de Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009).

Quando falamos em pessoas trans estamos nos referindo àquelas que vivenciam uma identidade ou expressão de gênero divergente das expectativas sociais atribuídas a elas em razão de seu nascimento: transgêneros, travestis e transexuais (dentre essas, desdobram-se ainda a identidade de homens trans e mulheres trans)³. Portanto, pessoas que escapam à cisgeneridade, ou seja, a vivência do gênero em correspondência às expectativas sociais culturalmente construídas e atribuídas à genitália de seu nascimento: pessoas “cis”, cisgêneras ou cissexuais.

Amara Moira Rodovalho (2017), ao refletir sobre o termo cis em relação ao termo trans, demonstra que são indissociáveis, pois que não é possível imaginar a utilização de um desses termos sem nos referirmos prontamente ao outro. Etimologicamente, se de um lado o “trans” significa *além de, para além de*, ou aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa; de outro, o “cis” vem em sua oposição, significando *aquém, da parte de cá de, deste lado*, logo, aquilo que permanece num mesmo lado, que não cruza. A partir desse ponto, como travesti, Rodovalho (2017, p. 365) afirma que “o discurso médico, ao nomear como ‘trans’ a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como ‘cis’ ”.

Diante da forte presença de uma leitura binária e biologicista sobre os corpos, ativistas trans consideram que os termos “mulheres cis” e “homens cis” demarcam uma condição política na teia social e têm sido utilizados pela comunidade trans, desde os anos de 1990, justamente para situar uma oposição e uma resistência aos termos mais biologizantes comumente utilizados, tais como “mulheres de verdade”, “homens biológicos”, “mulheres normais” e “homens que nasceram homens” (Dumaresq, 2014; Vergueiro, 2014 apud Ramirez, 2014).

A despeito da crescente visibilidade das identidades trans na cena política, na mídia, no debate das políticas públicas e nos estudos acadêmicos, e, apesar da tematização *identidades trans e trabalho* ter importância sociológica, ela se apresenta como uma discussão bastante diminuta numericamente na produção acadêmica brasileira, sobretudo na sociologia do trabalho, conforme Almeida (2014) sinaliza a partir de um levantamento preliminar dos estudos sobre trabalho e transexualidade.

Assim também, com a realização de um estado da arte do tema *trabalho e pessoas trans* na pós-graduação brasileira *stricto sensu* entre 2006 e 2016, com recorte para as juventudes trans em especial, Marinho e Almeida (2017) verificaram que, além de ser pouco expressivo, esse tema, quando estudado, aparece mais significativamente com uma agenda de estudos que têm versado a respeito de culturas e sociabilidades trans; prostituição e trajetórias escolares; representações de gênero; abordagens no terreno socioantropológico e estudos etnográficos para a análise das vivências trans.

Concluem os/as autores/as supramencionados/as que, embora esses estudos apresentem contribuições científicas relevantes, fica ausente, muitas vezes, uma dimensão

3 O termo *trans* é aqui utilizado relativamente à própria forma êmica com a qual tem se expressado no ativismo, no movimento social e na academia. Ele auxilia a aglutinar as vivências no terreno das relações e dos pertencimentos de gênero não normativo.

de análise a partir da classe social. A perspectiva de gênero como construção social, como uma categoria histórica e relacional, e mesmo como relação de poder, aparece na maioria dos estudos, todavia distante da reflexão de que essas relações se dão numa sociedade capitalista, perdendo-se, por vezes, a articulação com a base material das relações sociais. Já os estudos sobre trabalho, em sua extensa maioria, omitem análises que articulem classe social com os marcadores sociais da diferença, como gênero, cor/raça/etnia, sexualidade, geração, deficiências etc.

Diante dessas lacunas, a partir de um propósito acadêmico-científico, social e político, este artigo intenciona renovar o olhar para o mundo do trabalho e as relações de gênero, uma vez que essas relações, com as identidades trans, têm hoje um espectro mais alargado, superando o que os binarismos de gênero inscrevem na teia social.

Nossa preocupação analítica ergue-se pelo entendimento de que o presente debate não pode prescindir de um exame crítico-dialético da sociabilidade burguesa e patriarcal produtora e reprodutora de desigualdades sociais. Apreendemos nos Manuscritos Econômicos de 1857-1858 (*Grundrisse*) de Marx (2011) que a produção é uma totalidade. Isso quer dizer que: “[...] uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*” (Marx, 2011, p. 53, grifo no original). Essas relações, numa sociabilidade burguesa, são relações sociais coisificadas e desumanizadas (Marx, 2005), produzidas e determinadas pelo capitalismo.

Com Heleieth Saffioti, importante feminista marxista e socióloga brasileira, uma das precursoras da introdução do debate de gênero na sociologia do trabalho no Brasil, aprendemos que a distribuição dos membros da sociedade, ou melhor, a distribuição da força de trabalho como um dos momentos constitutivos do modo de produção capitalista, é mediada também pelas *relações (patriarcais) de gênero*, relações tais estruturantes das relações sociais desiguais da sociedade brasileira junto com a classe social e a cor/raça/etnia, como um *nó*, revelando a *simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo* (Saffioti, 2004; 2013).

Destarte, com base em Saffioti (1985; 2004; 2013) consideramos que o patriarcado também opera como determinação social na realidade junto com o capitalismo, sendo, pois, tomados como um sistema de dominação-exploração. Afinal, “não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista” (Saffioti, 2004, p. 105; 130), justamente porque “patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida” (Saffioti, 1985, p. 98).

O patriarcado é compreendido aqui em seu sentido *lato*, pois se apresenta como uma máquina em funcionamento, uma força institucional que se capilariza nas relações sociais, impregnando práticas sociais, instituições sociais e modos de ser e de pensar. Nas palavras de Saffioti (2004, p. 127) “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”. Portanto, a ideologia patriarcal inscreve uma estrutura de poder e dominação masculina, subordinando o feminino, e, por extensão, as identidades que irrompem as fronteiras de gênero.

A face conservadora da sociedade brasileira – cuja formação social tem a marca do escravismo e do patriarcado e cuja formação histórico-política tem o estatuto de ex-colônia – agudiza ideologias opressoras de gênero, raça/etnia, classe. O machismo, o sexismo e o sistema patriarcal operam como mola propulsora dos binarismos de gênero e da cisheteronormatividade. Sob essas ideologias, o corpo trans, seja ele assumindo uma gramática corporal masculina ou feminina, por escapar dos padrões de gênero e por afrontar o patriarcado, sofre a transfobia.

Com esta introdutória exposição teórico-conceitual, este artigo discorrerá sobre identidades trans e trabalho contemporâneo no contexto da mundialização do capital, procurando examinar como pessoas trans se inscrevem na nova morfologia do trabalho. Sua reflexão está assentada, fundamentalmente, em alguns dos resultados de uma pesquisa empírica, de natureza qualitativa e exploratória, realizada no âmbito do mestrado acadêmico sobre pessoas jovens trans e o mundo do trabalho. Apesar do recorte às juventudes na reflexão da pesquisa em referência – que implicou uma análise crítica e sociológica para o aspecto geracional, o que não será o propósito de discussão deste artigo – ela, justamente pela natureza exploratória, ajudou a iluminar, de modo mais amplo, como tem sido tanto a inserção quanto a permanência laboral de pessoas trans (desde a identidade travesti à identidade de mulher transexual e de homem transexual).

Portanto, dela, se abriram muitas sendas de análise, sendo possível identificar que as trajetórias de trabalho de pessoas trans, conquanto destoa-se a trajetória da identidade travesti das similaridades observadas entre as trajetórias das pessoas transexuais, ambas se inscrevem no cenário da nova morfologia do trabalho com particularidades em relação à totalidade da classe trabalhadora, pois estão ainda mais expostas à precarização, à informalização, à degradação e à produtividade, sob o signo da transfobia, em razão do mundo do trabalho também funcionar a partir da engrenagem da máquina patriarcal.

Diante dessa paisagem laboral e das suas possibilidades analíticas, guardados os limites de discussão no escopo deste artigo, nossa intenção é a de tirar proveito da natureza exploratória da pesquisa e apresentar alguns aspectos desses flagrantes que trazem elementos para ilustrar os efeitos da nova morfologia do trabalho em suas trajetórias mediatizados pelas relações patriarcais de gênero.

A nova morfologia do trabalho face à mundialização do capital e a cena atual brasileira

Conforme afirmam Ricardo Antunes e Graça Druck (2014), na nova morfologia do trabalho, produzida a partir da reestruturação produtiva desde os anos de 1970, ganharam proeminência a *degradação* do trabalho, a *informalização* e a *precarização*. No cenário atual do trabalho, a informalização, que antes era exceção, hoje é a regra; a precarização se constitui como o centro da dinâmica do capitalismo flexível; e a terceirização se torna a tendência das formas de compra e venda da força de trabalho. Temos, assim, vivido a corrosão do trabalho regulamentado, substituído pelas diversas formas de trabalho flexível.

O processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil ocorreu mais intensamente nos anos de 1990. De acordo com Antunes (2011), na particularidade brasileira, há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontra vigência acentuada, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível.

Com a mundialização do capital, impactos profundos são sentidos não só no mundo do trabalho, mas também nas políticas sociais, particularmente com a ofensiva neoliberal capitalista como uma resposta à crise de 1970, expressando, na verdade, conforme Harvey assinala (2011), um projeto de classe: um projeto que impõe a era da globalização, da flexibilização dos empregos, da privatização dos serviços sociais e do encolhimento do Estado no que tange à intervenção social. No Brasil, a provisão social passou a se orientar pelo trinômio *privatização-focalização-descentralização* do ideário neoliberal, que se materializou mais fortemente na segunda metade dos anos de 1990, com Fernando Henrique Cardoso, sob *contrarreformas* do Estado (Behring, 2008).

A contrarreforma do Estado brasileiro dessa década foi parte do processo de crise estrutural do capital, inserindo-se no movimento geral de concentração e centralização de capital. Tratou-se de um momento na história do Brasil de implementação de políticas neoliberais e de governança autoritária, pois se governava por mecanismos legislativos que refletiam a nova relação entre Estado, mercado e sociedade civil em prol dos interesses neoliberais do grande capital internacional no País (Behring, 2008).

O cenário atual brasileiro vem sofrendo novamente essa agenda, ultraneoliberal e entreguista ao capital internacional, com intensidade. As principais contrarreformas em curso, a trabalhista, Lei nº 3467 de 2017 (Brasil, 2017), e a previdenciária, PEC 287 de 2016 (Brasil, 2016), vêm atingindo um edifício já frágil de direitos nesse campo.

Isso porque a sociedade brasileira, de capitalismo estruturalmente dependente e periférico, se inscreve no processo que Antunes (2006, p. 48) denomina de “precarização estrutural do trabalho”. Nesse processo, os capitais globais exigem o desmonte da legislação social protetora do trabalho com a flexibilização dos direitos trabalhistas, forçando os governos nacionais a se ajustarem à fase da acumulação flexível.

Na atual ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, havemos de nos perguntar quem é que mais sofre seus efeitos. Não é novidade que são os segmentos mais oprimidos e explorados os mais atingidos, como as pessoas negras, mulheres, jovens, LGBTs, e especialmente pessoas trans. A fragmentação e a heterogeneidade são características constitutivas da classe trabalhadora dos anos finais do século XX e deste século XXI (Antunes; Alves, 2004; Antunes; Braga, 2009), o que permite que o capital, para manter controle sobre o processo de trabalho, mobilize qualquer relação social da diferença (Harvey, 2011).

A identidade trans, ainda não reconhecida social e juridicamente pela sociedade brasileira da maneira como uma democracia exige, insere travestis e transexuais em situações de desigualdade de direitos, sobretudo no que tange ao acesso ao mundo do trabalho. No dossiê *A Geografia dos Corpos Trans* (2016), da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, organizado por Tathiane Aquino, Sayonara Nogueira e Euclides Cabral

(2017), afirma-se que apenas 10% da população trans se encontra no mercado formal de trabalho, e 90% na informalidade e prostituição devido ao preconceito que se apresenta no mercado de trabalho.

Ademais, o contexto de crise do capital enseja projetos societários em disputa e nos vemos no seio do avanço de reações conservadoras em suas diversas faces, cada vez mais agudizadas. Não à toa, o Brasil é o protagonista de um dado alarmante divulgado pela ONG europeia Transgender Europe (TGEU), qual seja, que é o país que mais mata pessoas trans no mundo⁴ (Balzer; Transgender Europe, 2016).

O quadro atual de ameaças reais aos direitos, já conquistados, de mulheres, jovens, negros/as e LGBTs expressa a radicalização da questão social e impõe sérios desafios aos padrões mínimos de justiça social na nossa sociedade brasileira, ainda que saibamos, em concorde com Coutinho (1997), que cidadania e democracia se chocam com a lógica do capital.

Corpos trans e trabalho contemporâneo: flagrantes de um *campo minado*

A produção de estudos e pesquisas que tratem da participação de pessoas trans no mercado de trabalho (inserção e permanência), como já patenteado aqui, é ainda diminuta. Porém, já vem demonstrando que essa população conforma, em evidência, ocupações no setor de serviços (*telemarketing*, beleza, alimentos etc.), além de ter inserção como profissionais do sexo, sobretudo no caso daquelas/es mais pobres, negras/os, sem escolarização e, geralmente, expulsas/os de casa quando jovens.

A pesquisa empírica que dá base às reflexões deste artigo corrobora com esse quadro ocupacional. À luz de uma perspectiva marxista e feminista, a pesquisa baseou-se em trabalho de campo, na observação participante e sistemática, em dados secundários macrossociais, bem como na etnografia como recurso metodológico, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas⁵, em profundidade, com quatro pessoas trans circunscritas no território fluminense. Para fins de uma breve exposição das suas trajetórias de trabalho, e, visando cumprir com o devido sigilo da identidade dos(as) entrevistados(as), cada pessoa trans entrevistada ganhou um nome fictício, a saber: Eva (uma travesti negra); Marina (uma mulher transexual negra); Fernando e Heitor (dois homens transexuais brancos), assim autorreferenciadxs no momento da entrevista.

4 O relatório da pesquisa da TGEU, de outubro de 2016, *TMM Annual Report 2016: TGEU's Trans Murder Monitoring Project*, está disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

5 A propósito da ética em pesquisa, as entrevistas integraram o projeto de uma pesquisa mais ampla do Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/ UERJ) denominada “Direito ao trabalho e pessoas transexuais”, aprovado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, conforme número do parecer 993.185 de 26/01/2015.

Diante desse universo plural pesquisado, sem recorte de uma determinada identidade de gênero, contemplando a identidade travesti, a de homem transexual e a de mulher transexual, a pesquisa, quanto à tipologia, constituiu-se como *exploratória* de caráter *descritivo*. Eduardo Mourão Vasconcelos (2002) explica que esse tipo de pesquisa se refere a uma natureza temática com foco amplo e aberto para a investigação de fenômenos ou realidades sociais pouco conhecidas, estudadas e/ou sistematizadas, como também passíveis de várias perspectivas de interpretação (teórica, cultural, histórica).

As análises foram tecidas combinando-se as fontes primárias (através das narrativas) e secundárias (por meio da análise de indicadores sociais de gênero, cor/raça e trabalhos publicados por órgãos de pesquisa), sob a abordagem de uma *pesquisa qualitativa*, justamente por ter como fundamento o reconhecimento da existência de um vínculo dinâmico e indissociável entre o mundo objetivo e subjetivo. Minayo (2004) esclarece que o objetivo das ciências sociais é essencialmente qualitativo, já que a realidade é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva. A pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças e valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2004).

Com base no nosso envolvimento com a realidade empírica, desde a vivência acadêmica nos estudos de gênero, à prática profissional com pessoas trans e às andanças nos espaços de controle e participação social, utilizamos a estratégia da *observação participante*. Segundo Vasconcelos (2002) essa estratégia requer uma relação mais aproximada e mais íntima com a situação investigada. Levando-se ainda em consideração que a pesquisa se referiu a temas sociais complexos que envolvem pertencimentos identitários e elementos subjetivos e culturais, ela exigiu, como o autor acima destaca, um(a) investigador(a) não tão externo(a) a tal realidade, pois de outro modo não se conseguiria capturar as nuances do objeto de estudo.

A respeito do desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa utilizados para a investigação, a escolha da entrevista no formato semiestruturada foi devido à possibilidade de alterações em seu roteiro a partir da interação entre entrevistador(a) e interlocutor(a). Souza et al. (2005) apontam que essa abordagem (qualitativa) permite flexibilidade na troca de informações e a inserção de novos temas trazidos pelxs entrevistadxs, incrementando a análise. O roteiro de entrevista foi empregado como um guia de questões na intenção de dialogar com os objetivos e as hipóteses do estudo, enfocando as experiências biográficas dos sujeitos e suas trajetórias de trabalho, cruzadas com diversos aspectos da vida social.

Vale dizer que, a despeito de a pesquisa ter se desenvolvido com quatro histórias, essas são narrativas, que, acessadas em profundidade⁶, são aproximativas de uma realidade que ainda precisa ser melhor desvelada, mas que já apresentam pistas interessantes.

Da realidade em aproximação, foi possível capturar que o mundo do trabalho para pessoas trans se figura como um *campo minado*, uma expressão êmica surgida durante a pesquisa empírica:

ah, o mercado de trabalho para as pessoas trans é um campo minado, porque a gente fica com medo de que a qualquer momento possa acontecer alguma situação constrangedora, algum tipo de violência e transfobia explícita. (Heitor, homem trans, branco, 24 anos).

A expressão *campo minado* surgida na entrevista com Heitor, embora não tenha aparecido *ipsis litteris* nas falas de todos/as os/as entrevistados/as, compareceu ao cenário dos seus conteúdos e narrativas, disparando a reflexão central que traduz a inserção e permanência de pessoas trans no mundo do trabalho, qual seja: a de que o mundo do trabalho é um campo de minas, e o sentimento constante é o de que, a qualquer momento, alguma mina seja detonada.

Há ainda nessa reflexão outro elemento importante. As pessoas trans entrevistadas associaram o mundo do trabalho com um campo de minas justamente pelo medo de uma situação “explícita” de transfobia, ou seja, uma situação limite. Isso demonstra que convivem com o medo, não episódico, mas constante, de passarem por situações extremas de violência motivada pela transfobia, para além do receio de situações constrangedoras, que, a partir de suas narrativas, se apresentam como corriqueiras, desde a inserção à permanência no mundo do trabalho. Tal realidade empírica se relaciona com a matriz hegemônica de gênero na analítica da feminista Heleieth Saffioti, afinal, como já desenvolvido aqui, tal matriz estrutura junto com a classe social as relações de produção e reprodução social e, nessa dinâmica, o mundo do trabalho se azeita ao funcionamento da máquina patriarcal.

Para a exposição desse campo minado, a pesquisa realizou uma etnografia das trajetórias de trabalho de pessoas trans como um passeio entre minas, ou seja, num movimento de desviar de minas, mantê-las intactas ou ainda, postergar seu tempo de explosão. Nesse passeio, foi possível desenvolver linhas do tempo dxs entrevistadx no mundo do trabalho, desde a busca de um emprego formal (quando entendem que reúnem elementos corpóreos e psicológicos/emocionais para um processo seletivo), passando pela recusa do mercado formal de trabalho, caindo, assim, na informalidade, até a permanência (e suas dificuldades) num trabalho formal conquistado, mostrando que a tensão com as minas não cessa; ao contrário, percorre todas essas linhas do tempo. Destarte, a proposta

6 As entrevistas se apresentaram em profundidade não apenas pela sua característica semiestruturada, mas também por terem tido a peculiaridade da ocorrência em locais de trabalho dos/as entrevistados e das suas sociabilidades, produzindo um material extenso (em relação ao tempo de entrevista) e rico em cenários, fomentando a elaboração de diários de campo que compuseram a análise das entrevistas.

exploratória da pesquisa foi justamente a de lançar luz a essas linhas do tempo, sem privilegiar nenhuma delas, procurando trazer uma aproximação dessa totalidade complexa.

Precisamente sob o contexto de desconstrução do trabalho, como afirma Antunes (2006), ou de desposseções, na expressão de Harvey (2011), bem como da degradação do trabalho, em Braverman (1987), a pesquisa flagrou que o *setor de serviços* fica em evidência no contato de pessoas trans com o mundo do trabalho. Seja na busca de um emprego: o *setor de limpeza* e o *telemarketing* (precário e degradante), como foi o caso das mulheres negras trans pesquisadas (Eva e Marina), ambas desempregadas e à procura de emprego. Seja nas ocupações atuais dos homens brancos trans pesquisados (Fernando e Heitor), a exemplo do *setor de alimentos* e da *área da educação pública*, com o traço da informalidade e precariedade no primeiro, e da degradação no segundo, uma vez que a racionalidade do capital também penetra nos serviços públicos.

Os serviços, sejam eles públicos ou privados, também adentram às novas morfologias do mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e da globalização da economia, já que reorganizam a divisão social e técnica do trabalho e gestam novas formas de acumulação capitalista no âmbito da mundialização do capital. Ao discorrer sobre as razões para a expansão dos serviços, sejam públicos ou privados, Braverman (1987, p. 303) destaca:

[...] a conquista completa das atividades industriais, correspondendo a uma acumulação de capital nelas, e a junção dessas reservas de trabalho e capital no terreno de novas indústrias; e o inexorável crescimento das necessidades de serviços à medida que a nova forma de sociedade destrói as antigas formas de cooperação mútua social, comunitária e familiar.

Como já sinalizado, não teremos a pretensão de trazer aqui a totalidade dos resultados da pesquisa, mas sim aqueles que nos chamaram a atenção, como alguns aspectos desses quatro ramos de atividades flagrados com a pesquisa, que ajudam a ilustrar os efeitos da nova morfologia do trabalho mediatizados pelas relações patriarcais de gênero.

Começemos, então, rapidamente, a trazer alguns aspectos do setor de limpeza: ocupação desejada por Eva, a travesti negra pesquisada, que, apesar de sempre ter sido trabalhadora sexual, no momento da pesquisa, estava sem renda e trabalho, almejando pela primeira vez um emprego formal. No campo dos estudos sobre trabalho e gênero, o *trabalho precário* é majoritariamente feminino, e o setor de limpeza é um dos polos da bipolarização do emprego feminino⁷, um tipo de ocupação de menor prestígio social – na contraposição das carreiras universitárias de maior responsabilidade, prestígio e salários – fundamentalmente por interseccionar a mão de obra feminina com a cor/raça negra e a baixa escolaridade.

Foi apenas nesse tipo de ocupação que Eva se viu como trabalhadora, já que, segundo sua narrativa, “pista não é trabalho, mona, é batalha! E depois de um tempo, a batalha acaba, porque a beleza acaba e vêm as novinha[s]. Aí você vai enrolando, mas não tem

7 Conforme estudos de Bruschini (2000) e Hirata (2015).

mais aquele sucesso, aquele poder”. Portanto, segundo ela, nunca teve um emprego na vida, não reconhecendo a prostituição⁸ como trabalho, mas como “batalha”.

Há uns 20 anos atrás quando eu tive seios [aos 11 anos], eu pensei em estudo e trabalho, mas não tive opção de trabalho, só de prostituição. A prostituição começou devido um amante que veio a me ajudar financeiramente e ele ficou me ajudando até meus 17 anos. [...] Quando eu decidi que eu não queria mais essa relação me veio a maturidade de eu mesma me bancar (Eva, travesti negra, 31 anos)

Tal relato nos faz pensar a forma com a qual a travesti projeta-se no mundo do trabalho. Vale reconhecermos que entre as identidades trans há uma *pirâmide social das transdiversidades*, e, nela, é a travesti que está na base. Existe uma representação social e científica diferenciada sobre a identidade travesti e a transexual, construída no decurso de uma história recente (nacional e internacional). A travesti é uma identidade da América Latina, constituída como um termo cultural de massa no Brasil para a pessoa que, designada homem ao nascer, adota o gênero feminino (Leite Júnior, 2008), e que fora historicamente vinculada à imagem de violência, marginalidade e prostituição. Já o termo transexual, há pouco tempo circulante no Brasil, foi importado dos países da Europa e América do Norte.

Com efeito, essa representação social sobre as travestis exerce forte influência para suas condições concretas de vida. Apesar de não existirem informações levantadas sobre as condições socioeconômicas dessas identidades, estudiosas do tema observam variáveis de classe que apontam as travestis como associadas às camadas mais populares, e as/os transexuais como pertencentes às camadas médias, com maiores recursos financeiros e culturais⁹. Na própria pesquisa empírica da qual se extraem alguns dos resultados, a travesti pesquisada era a mais pobre, de território de favela, com baixa escolaridade e inserida numa das ocupações mais degradantes e sem qualquer regulamentação, a prostituição.

Na narrativa de Eva podemos ver que as minas foram detonadas desde a infância. Em condições socioeconômicas desfavoráveis e sem apoio familiar, foi aliciada para a exploração sexual desde a pré-adolescência. A saída da escola, diante de inúmeras discriminações em virtude de sua identidade travesti, segundo conta, a levou “para a esquina”. Em sua história a prostituição funcionou como uma linha de trajetória de trabalho e renda e como uma linha de trajetória da identidade travesti, que, desde a infância, andaram de mãos dadas.

8 A prostituição no Brasil, apesar de ser reconhecida como uma ocupação, inclusive com CBO – Classificação Brasileira de Ocupações nº 5198 (profissionais do sexo dentre os/as trabalhadores/as de serviços diversos), não é ainda regulamentada. Há um projeto de lei, o PL 4.211 de 2012 (Brasil, 2012), em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que reconhece a prostituição como uma profissão.

9 Vale a leitura de Larissa Pelúcio (2007) e Flavia Teixeira (2009).

Considerando que a pesquisa procurou reconhecer as variáveis de classe das pessoas (jovens) trans, por entender que são as condições concretas de suas vidas que interagem nas tessituras das suas trajetórias de trabalho, a *escolarização* também foi examinada, revelando que um bom nível de escolaridade e a entrada no ensino superior, situação dos/as outros/as três pesquisados/as (pessoas transexuais), não necessariamente significarão ascensão social e melhores condições de trabalho. Portanto, a questão da identidade trans se sobressai na condição de trabalhador/a, sendo fatorial para desenhar uma participação no mercado de trabalho sem refletir a escolaridade que essas pessoas possuem.

Cabe, assim, tratarmos da *informalização* nas trajetórias de trabalho, comum ao cenário de trabalho de todo o universo das narrativas examinadas. As suas dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, inclusive com boa escolaridade e nível superior, têm íntima relação com o fato da constância de um nome civil em seus documentos não condizer com sua aparência social. Na falta de uma lei de identidade de gênero no Brasil¹⁰ que regulamente e facilite o direito a sua expressão de gênero, emergiu na pesquisa a necessidade dessas pessoas trans pela retificação do registro civil judicialmente¹¹ como uma questão central para a entrada (e permanência) no mercado de trabalho. Afinal, nas palavras de Fernando, um homem trans branco, de 25 anos, formado em Administração, “a transição do gênero não envolve apenas o corpo, mas também um nome”.

Nesse sentido, as minas para Fernando já começaram no currículo, o que lhe exigiu ter de desviar delas. A feitura de um currículo profissional imprime uma série de dúvidas para qualquer pessoa, qual informação priorizar, qual omitir dentre tantas. Mas, para as pessoas trans a dúvida central é qual nome inserir no seu currículo.

Até um certo momento da transição eu colocava meu nome de registro no currículo, mas depois de um certo ponto, quando eu me considerava mais passável [...], eu fui sentindo isso e passei a mandar currículo com o nome social [...]. O currículo é selecionado em meio a vários, você é chamado para entrevistas e dinâmica e quando está tudo certo, na hora da documentação você é impedido de entrar. É muito preconceito isso, véi [gíria], porque nos processos seletivos vai tudo bem, você já está quase certo para ser chamado e quando você precisa apresentar os documentos e falar do uso do nome social você não é mais chamado, aí você associa na hora que tem a ver com a identidade trans, ou seja, aquilo ali é que determinou entrar ou não entrar

10 Já existe uma iniciativa neste sentido que é o Projeto de Lei João Nery, o PL 5.002 de 2013 (Brasil, 2013), de autoria de Jean Wyllys (Psol/RJ) e Erika Kokay (PT/DF), atualmente na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

11 Em decisão atual, de 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal autorizou alteração de nome e sexo para pessoas transexuais, travestis e transgêneros diretamente em cartório. A decisão passa a ter efeito mais recentemente com o Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, o qual dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Ante a nova decisão, as pessoas trans buscavam a retificação de registro civil judicialmente, considerando a regra geral da Lei nº 6.015/1973, Lei dos Registros Públicos (Brasil, 1973), da imutabilidade ou definitividade do nome civil, estando prevista sua alteração apenas por sentença judicial.

na vaga [...]. Então, como na área de *freela* eu [es]tava tendo sempre trabalho e tirando um dinheiro razoável, eu fui desistindo do mercado formal e priorizando trabalhar como *freelancer*. É uma forma de trabalho que eu não tenho que ficar dando mais explicação de quem eu sou (Fernando, homem trans branco, 25 anos).

As propostas de trabalho informais na área de serviços são atraentes para as pessoas trans, principalmente, pela pouca ou nenhuma exigência de entrega de currículos, apresentação e assinatura de documentos/contratos e pela possibilidade de exercerem atividades mais solitárias ou que demandem pouca interação em equipe. Entendem que, dessa forma, estarão mais protegidas da transfobia, ou menos expostas ao preconceito quando da sua transição de gênero e uso de um nome social. Além dessa dimensão, também se atraem por obterem mais rapidamente uma ocupação e ganhos imediatos. No entanto, relatam longas jornadas sem horas extras e muita intensificação do trabalho.

Sem o nome civil de acordo com seu gênero, acabam por postergar projetos profissionais no trabalho formal, “preferindo” o trabalho informal. Temos aí um paradoxo da proteção, isto é, para se sentirem protegidas dos constrangimentos na apresentação de documentos em processos seletivos, bem como dos xingamentos, perseguições e violências cotidianas do ambiente mais corporativo de trabalho, são levadas ao mercado informal, encontrando-se, por outro lado, desprotegidas do abrigo das leis trabalhistas.

Fernando, cansado das recusas no mercado formal ao apresentar seus documentos, deu “preferência” pelo trabalho informal nos serviços de alimentos, trabalhando como atendente de *foodtruck*¹²: uma realidade de trabalho informal, precário e degradante, sem direitos trabalhistas, com longas jornadas, polivalência de funções, exposição aos riscos de acidente pela pouca segurança em termos de instalações elétricas e presença de botijões de gás. Ou seja, a “plenitude do trabalho abstrato” (Oliveira, 2003).

Oliveira (2003), em *O Ornitorrinco*, uma metáfora do monstro social que a sociedade brasileira se tornou com um capitalismo dependente, e que ainda hoje conjuga o arcaico com o moderno, ao tratar das novas feições do trabalho no Brasil, como os serviços, revela que no ornitorrinco se assiste à plenitude do trabalho abstrato, ou seja, a tendência à informalização, a ocupação em detrimento de emprego, e a desconstrução da relação salarial.

Vale lembrar que a reserva de força de trabalho que incorre na informalidade é funcional ao capital. Izabel Lira (2006, p. 134; 139) nos ajuda a refletir que:

o trabalho informal tem seu papel na rede que faz parte do processo de acumulação do capital, de maneira secundária, mas necessária, pois através do rebaixamento dos custos, assegura a manutenção e reprodução de parte do excedente estrutural da força de trabalho. [...] possui como característica

12 Cozinha *foodtruck* é uma cozinha móvel para a venda de comida de rua considerada de alta gastronomia, que acendeu um potencial de lucros de empresários brasileiros, já que é algo de baixo custo, sem a necessidade de adquirir ponto comercial ou outros encargos, diferentemente de um investimento, como é o caso de restaurantes.

uma funcionalidade estratégica ao capital, na medida em que se articula às diversas cadeias produtivas de forma direta através da terceirização, ou indireta na esfera da circulação, de modo a rebaixar cada vez mais os custos da produção.

Desta sorte, por estarem em trabalhos informais e precários, estão ainda mais distantes de se integrarem a uma organização sindical efetiva, conforme reflexão de Ernest Mandel (1982)¹³. As entrevistas demonstraram o cenário atual de declínio da força dos sindicatos de modo globalizante, e também no Brasil, como uma estratégia do capitalismo flexível. Dos/as entrevistados/as que tiveram experiência com carteira assinada, ao tratarmos do assunto, demonstraram distância e desconhecimento, reduzindo a sindicalização a “uma taxa que sai do contracheque uma vez ao ano” (sic).

Outro aspecto que se julga pertinente registrar é a dificuldade de permanência no trabalho, para além do acesso. Curioso é que, nesse caso, embora o serviço público no imaginário social pareça denotar uma possibilidade de permanecer no trabalho, é justamente a experiência laboral que se toma como referência para esse debate. A experiência laboral de Heitor como agente de educação numa escola pública municipal, com efeito, o inseriu em condições de trabalho dentro do estatuto legal. Mas, a *degradação do trabalho* transcende a positividade do direito ao trabalho.

fui convidado a permanecer no segundo andar da escola e não ter contato com os alunos, sendo que a minha função é ter contato com os alunos [...]. A diretora disse que ela podia abraçar [os alunos] porque ela era normal e eu não [...]. Passei a ter mais voz própria e soube lidar com esses tratamentos [...]. Aí por ter me posicionado a perseguição aumentou e como eu já estava em depressão profunda, dei abandono de quinhentos [500] dias. (Heitor, homem trans, 24 anos).

A busca de uma inserção laboral via concurso público, mesmo que não seja na área de sua formação, é muito procurada por pessoas trans perante a dificuldade de emprego em empresas privadas e pelo aspecto da proteção dos direitos trabalhistas e garantias de estabilidade. Além disso, as normativas sobre o uso do nome social no serviço público são atraentes por equacionarem, pelo menos em boa parte, os processos de assimilação social de sua identidade de gênero no ambiente de trabalho. O nome social não obstaculizou o acesso ao emprego público, mas a permanência já é outra história, ou, outros “quinhentos” como os de Heitor.

Ao ouvir suas narrativas, várias foram as suas ressalvas quanto ao processo de trabalho, denunciando, por exemplo, que “a função em si é muito trabalhosa, é bastante exaustiva e

13 Mandel (1982) aponta a urgência de uma forte organização sindical da classe operária, que alcance, sobretudo, as camadas mais baixas do exército industrial de reserva, que ficam mais submetidas à superexploração. O autor, em diálogo com Rosa Luxemburgo, recupera que não há como desconsiderar a origem social e a composição do exército industrial de reserva ao tratar da urgência de um sindicalismo efetivo.

com baixa remuneração para uma carga horária de 8 horas por dia. Ando muito o tempo todo, e a responsabilidade com a segurança das crianças é uma tensão constante” (sic).

A educação pública, junto com saúde, habitação e assistência social inscrevem-se no contexto de expansão de setores intermediários da economia, respondendo às demandas de reprodução social da classe trabalhadora e aos conflitos de classe, pela via de políticas sociais, que, de acordo com as leituras de Braverman (1987), estão sob a lógica da racionalização e do controle, própria da esfera produtiva. Portanto, esse homem trans em seu trabalho não escapa da racionalidade do capital por trabalhar no serviço público, e nem mesmo das condições de assalariamento da sociabilidade capitalista.

Ademais, merece evidenciar, com a narrativa de Heitor, a necessidade incontestável de ampliarmos o prisma da degradação das condições de trabalho no que toca à questão identitária trans. Heitor sofreu, sistematicamente, diversas formas de violência transfóbica em seu local de trabalho, especialmente perpetradas pela direção escolar, mas também nas relações com colegas de trabalho, o que contribuiu para um processo de depressão, tentativas de suicídio e abandono de quinhentos dias do trabalho.

Portanto, nota-se que a degradação pelo trabalho e pela transfobia, na racionalidade do capital e da máquina patriarcal, também conforma o ambiente laboral no serviço público. Como aqui está se considerando, com base em Saffioti (2004), que o mundo do trabalho se move na engrenagem da máquina patriarcal, inscrita nos processos micro e macrosociais dialeticamente, é possível inferir que o controle do trabalho de pessoas trans tem ainda sua face no controle dos seus corpos, pelas suas expressões de gênero.

Visando concluir o elenco de alguns dos aspectos que se observam na nova morfologia do trabalho mediatizada pelas relações patriarcais de gênero, a pesquisa empírica revelou que, tanto mulheres quanto homens trans, sendo sistematicamente renegadas/os no mercado de trabalho, buscam demonstrar alto desempenho e competência, forjando-se pela *produtividade* que podem oferecer, operando uma forma de se imporem como um corpo empregável e possível de circular no mundo do trabalho. Há um relato de uma entrevistada que nos ajuda a ilustrar como opera o signo da produtividade, mesmo quando as minas detonam sua permanência no emprego:

Teve um dia que marcou muito, que eu fiquei muito mal, porque eu estava no refeitório e quando saí ouvi gargalhadas de mim [...]. Todo esse clima já durante o treinamento. Mas, eu não aceito desistir das coisas, eu vi que aquele trabalho eu não ia querer desempenhar e o clima era horrível, mas não queria desistir. Quando me sinto desafiada quero fazer o meu melhor. Eles davam uma meta de seis prospecções pra você atingir três vendas, eu conseguia cinco vendas. Então fui a única selecionada. E aí não quis ficar no trabalho, não ia conseguir trabalhar onde as pessoas me causam mal, eu não ia ter paz (Marina, mulher transexual negra, 20 anos).

O serviço no *telemarketing* será aqui tomado como exemplo para ilustrar a relação entre os corpos trans e o signo da produtividade. Estudos da sociologia do trabalho¹⁴

14 Em referência à Antunes e Braga (2009).

convergem para a evidência de que o setor de serviços, especialmente o *telemarketing*, tem sido um grande nicho de ocupação de pessoas LGBT, sobretudo das que dispõem de maior escolarização¹⁵. Elas têm sido absorvidas junto com um percentual expressivo de mulheres, de negros/as e de jovens por postos de trabalho como “teletrabalhadores”, com baixos salários e sob uma constante pressão por produtividade e controle do capital pelos novos modelos de gerência¹⁶. Selma Venco (2006; 2009) observou que no referido setor há um interesse da gerência em contratar pessoas LGBT por enxergar produtividade além da média, maior índice de cumprimento de metas e baixos níveis de absenteísmo.

Os resultados da pesquisa corroboram com essas evidências. A busca de emprego no *telemarketing* de nossa entrevistada Marina, estudante de Contabilidade, para além do contexto de expansão desse setor, pode também ser creditada pelas suas iniciativas de reconhecimento do uso do nome social de pessoas trans (mesmo que de forma isolada, destacando-se a Contax e a Atento) desde o processo seletivo no preenchimento de fichas, ao uso de crachás, permitindo, inclusive, que atendam à clientela ao telefone usando seu nome de preferência. Segundo Marina, “quando você é chamada para a entrevista eles permitem usar o nome social já no processo seletivo, isso dá mais segurança pra gente”.

Assim, no momento da entrevista, já foi possível para ela conhecer que se tratava de um campo com poucas minas. O sentido de “dar mais segurança pra gente” é justamente de saber onde se pisa nesse campo minado. Contudo, questiona-se que no imaginário social fixa-se a percepção de que esse setor de *telemarketing* é um setor que “acolhe”, mas o fato é que esses corpos trans, nas suas relações com os clientes da empresa, estão escondidos atrás da linha de telefone, isto é, trabalham sem serem vistos.

Diante dos estudos sociológicos já mencionados e dos achados de nossa pesquisa, é possível dizer que há uma cultura de absorção do público trans por empresas do ramo de telemarketing, e, sob uma via de mão dupla, uma procura desse público por esse tipo de emprego. A narrativa de Marina se encontra em sintonia com essa asserção. Conforme nos diz:

[...] consegui passar pra Ciências Contábeis e Serviço Social na UFRJ, mas o que eu quero mesmo é fazer Direito [...], quando eu estava trabalhando eu acordava 6h da manhã para estudar, antes de pegar no trabalho [...]. Hoje, sem trabalho, eu tô com mais tempo de estudar, faz muita diferença. [...] Se eu for chamada mesmo pra vaga de atendente na Contax, vai atrapalhar um pouco, mas pelo menos são só 6 horas de trabalho e vou conseguir conciliar. (Marina, mulher transexual negra, 20 anos).

15 Esses estudos demonstram que os postos de trabalho no telemarketing requisitam uma boa escolarização e têm sido procurados por aqueles/as que estão cursando o ensino superior, pois permitem conciliarem os estudos com a jornada de trabalho (4h a 6h diárias) ajudando também os/as trabalhadores/as a pagarem seus estudos.

16 Sobre o assunto, Braverman (1987), na tradição marxista, foi responsável por tratar das mudanças ocorridas na esfera do processo de trabalho, dando ênfase à questão do controle, sob a forma de gerência, oferecendo um terreno fértil de reflexão sobre novas formas de degradação do trabalho.

Merece refletirmos que nesse setor encontramos algumas das contradições do mundo do trabalho, pois, ao passo que acolhem, de alguma maneira, as pessoas trans como força de trabalho, esse é considerado o setor constituído das *formas mais degradantes de trabalho*. Lembremos que, de acordo com Braverman (1987), a subordinação da força de trabalho é uma expressão do controle do capital sobre o processo de trabalho, especialmente diante da separação entre trabalho manual e intelectual, conformando, assim, novas formas de degradação do trabalho. Nesse sentido, convém inferir que o controle do trabalho, característico do *telemarketing*, tem potencial de influir numa maior tolerância das pessoas trans às relações de poder e à pressão por produtividade tão presentes nesse setor.

O exemplo do setor de *telemarketing* dialoga, portanto, com os efeitos do exército industrial de reserva, o controle do trabalho e as relações patriarcais de gênero com as condições de existência das pessoas trans, trazendo-nos a reflexão para a docilização e a subordinação desses corpos trans como força de trabalho. Na contemporaneidade, como Harvey (2011) afirma, além da disponibilidade de um exército industrial de reserva, a força de trabalho deve ser flexível, dócil, disciplinada e, quando for preciso, qualificada.

Saffioti (2013), ao tratar da condição da mulher na sociedade de classes, observou como a inferiorização social sobre a mulher é aproveitada pela exploração capitalista, afirmando que pelas desvantagens sociais que gozam as mulheres, delas é arrancado o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos. A partir de uma análise marxista sobre a condição feminina, a socióloga brasileira descortinou que na lógica capitalista a inferioridade da mulher é também parte integrante da necessidade estrutural do capitalismo.

Desta feita, fazendo-se uma (re)leitura de Heleieth Saffioti (2013), nesta nova realidade em movimento, sob novas determinações sociais, a inferiorização social dos corpos trans passa a compor a dinâmica estrutural do capitalismo. Sejam esses corpos fortemente explorados pelo signo da produtividade, sejam amontoados na massa da força de trabalho sobrando, na informalidade, ou, invisíveis nas fileiras do exército industrial de reserva (como aqueles que estão na base da *pirâmide social das transdiversidades*), eles conformarão o todo complexo de acumulação e realização de capital.

Considerações finais

O percurso deste artigo procurou trazer luz à participação de pessoas trans no mercado de trabalho e às formas com as quais suas corporeidades têm sido apropriadas pela ordem capitalista patriarcal. Debruçando-se sobre alguns dos resultados de uma pesquisa empírica de natureza qualitativa e exploratória, refletiu que os efeitos das novas formas que o trabalho assume na contemporaneidade se agudizam quando no segmento da classe trabalhadora estão as pessoas trans, pois elas estão ainda mais expostas aos signos da *precarização, informalização, degradação e produtividade*, com a particularidade de estarem

expostas às violações de direitos, ofensas e constrangimentos em razão de sua identidade de gênero não normativa.

A discriminação, na expressão da transfobia, obstaculiza a contratação e permanência de pessoas trans em ocupações formais que exijam o reconhecimento de seus direitos trabalhistas, e, quando inseridas no mercado de trabalho, o signo da produtividade se inscreve em seus corpos, tanto por elas mesmas quanto pelo interesse capitalista, dialeticamente. Nesse sentido, o lugar social de inferiorização a que foram dispostas as pessoas trans por essa sociedade machista patriarcal impele-as a “mostrarem serviço”, uma característica que parece ser edificada como forma de reconhecimento, aprovação, estima e respeito e como estratégia para deixarem as minas intactas no ambiente de trabalho. A dominação-exploração produz essa subjetividade e a manipula, afinal, o outro lado da história é a captura desses corpos pelo capital e a exposição a trabalhos precários e degradantes.

Em concorde com Saffioti (2013), o modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim, a inferiorização social baseada no gênero passa a compor a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais.

Alguns elementos de base teórica e empírica, aqui explorados, puderam ajudar também a compor uma reflexão mais ampla sobre mundialização do capital e identidade de gênero, justamente porque não se pode ignorar que as relações patriarcais de gênero operam como determinação social da realidade. O desenvolvimento analítico para a reflexão da inferiorização social dos corpos trans considerou que o processo de distribuição do trabalho social é mediado pelas relações patriarcais de gênero, dando a devida importância sociológica às pessoas trans como força de trabalho, seja empregável ou sobrando, tão funcional ao capital. A condição social de pobreza das pessoas trans em razão das desigualdades de poder e de direitos interage na consubstancialidade das desvantagens sociais que possuem, sendo potencialmente apropriadas pela ordem capitalista-patriarcal.

Referências

- ALMEIDA, Guilherme. *Direito ao trabalho e pessoas transexuais: trajetórias e condições de trabalho, relações com a divisão sexual do trabalho e com a generificação das profissões*. (Projeto de pesquisa). Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS). Rio de Janeiro: ESS/UERJ, 2014.
- ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Org.). *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.
- _____. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 maio 2016.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 3.

AQUINO, Tathiane Araújo; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: A Geografia dos corpos das pessoas trans (2016)*. Rede Trans Brasil – Rede Nacional de Pessoas Trans: Brasil, 2017.

BALZER, Carsten; Transgender Europe (TGEU). *TMM Annual Report 2016: TGEU's trans murder monitoring project*. Berlin: TVT Publication Series, 2016. v. 14. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma*. Desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Seção 1, p. 13528 (Publicação Original)

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de lei n. 4.211, de 12 de julho de 2012. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jul. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 01. Set. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de lei n. 5.002, de 20 de fevereiro de 2013. (Projeto de Lei João Nery). Poder Executivo, Brasília, DF, 20 fev. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em 1. Set. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição n. 287, de 05 de dezembro de 2016. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 dez. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>. Acesso em 1 set. 2018.

_____. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRUSCHINI, M. C. A; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cad. Pesquisa*. [online], n. 110, p. 67-104, 2000. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/viewFile/643/661>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

COUTINHO, C. N. Notas sobre Cidadania e Modernidade. *Praia Vermelha, Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, set. 1997.

DUMARESQ, Leila. O cisgênero existe. *Transliteração*. 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, Helena. Entrevista. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000100013>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias* (Dossiê), Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMERICA LATINA Y EL CARIB, 11., 2010, Brasília. *Anais...* Disponível em <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/40116/Que_Estado_para_que_igualdad.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) – Brasil, 2015. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017

_____. Entrevista. In: CASTRO, B; RONCATO, M. Entrevista com Helena Hirata. *Idéias*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 295-318, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649521/16076>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

LEITE JÚNIOR, J. *Nossos corpos também mudam: sexo gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2008.

LIRA, I. C. D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Org.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINHO, Silvana. *Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho*. Rio de Janeiro, 2017. 428 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, G. Trabalho e juventudes trans: breve retrato do estado da arte de uma década (2006-2016). In: CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES. 13; SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 11. 2017. Florianópolis. *Anais...* Disponível em: <http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458769_ARQUIVO_Artigo_EstadoDaArte_TrabeJuventudesTrans.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

MARX, K. A mercadoria. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. L. I. v. 1.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PELÚCIO, L. *Nos nervos, na carne, na pele*. Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids. 2007. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2007.

RAMIREZ, Boris. Colonialidade e cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, Sevilla, n. 3, p. 15 – 21, 2014. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-373, jan./abr. 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA E. R. et al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO M. C. S.; ASSIS S. G.; SOUZA E. R. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 133-156.

TEIXEIRA, Flávia do B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se no outro gênero e na sexualidade*. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENCO, S. *Tempos moderníssimos nas engrenagens no telemarketing*. 2006. 258 f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Contemporary work and trans people: considerations about the social inferiorization of trans bodies as a structural necessity of capitalism

Abstract

This paper is a theoretical reflection articulated to an empirical research on contemporary work and trans people in the context of the globalization of capital. Its analytical direction throws light on the social inferiorization of the trans bodies as a structural necessity of contemporary capitalism. From a feminist and critical-dialectical perspective, the article seeks to examine how trans people inscribe themselves in the new morphology of work, in its Brazilian face, comprising the mediation of patriarchy in the relation between (transphobic) discrimination and the work trajectories of trans people.

Keywords: Contemporary work, trans people, globalization of capital, patriarchal gender relations, transphobia.

Trabajo contemporáneo y personas trans: consideraciones sobre la inferiorización social de los cuerpos trans como necesidad estructural del capitalismo

Resumen

Se trata de una reflexión teórica articulada a una investigación empírica sobre el trabajo contemporáneo y personas trans en el contexto de la mundialización del capital, cuya dirección analítica arroja luz a la inferiorización social de los cuerpos trans como necesidad estructural del capitalismo contemporáneo. A partir de una perspectiva feminista y crítica-dialéctica, el artículo busca examinar cómo las personas trans se inscriben en la nueva morfología del trabajo, en su cara brasileña, comprendiendo la mediación del patriarcado en la relación entre la discriminación (transfóbica) y las trayectorias de trabajo de personas trans.

Palabras clave: Trabajo contemporáneo, personas trans, mundialización del capital, relaciones patriarcales de género, transfobia.

Data de recebimento do artigo: 15/09/2018

Data de aprovação do artigo: 15/11/2018